

Segmentos sobre Laboratório IECINE - equipamentos

Conforme informado no Boletim nº 126 da APTC, o Laboratório IECINE teve sua divulgação oficial realizada em uma live no dia 23/03/2021. O laboratório recebeu o nome do cineasta Odilon Lopez e terá sede no quinto andar da Casa de Cultura Mário Quintana.

Ao longo de 2021, a APTC continuou prestando consultoria ao IECINE, buscando alinhar as listas de equipamentos elaboradas pelos Grupos de Trabalho (GTs) formados durante a gestão 2019-2021. Nesse processo, a APTC também se posicionou sobre questões relacionadas à necessidade de contratação de seguro para os equipamentos, bem como sobre a definição dos procedimentos para sua retirada, utilização e devolução. A Associação buscou discutir como se daria o acesso aos equipamentos e quais seriam as condições e responsabilidades envolvidas em sua utilização. No entanto, o IECINE não retornou contato nas diversas tentativas dos membros da diretoria da APTC para dar prosseguimento a essas discussões.

Após atrasos na aquisição dos equipamentos, decorrentes dos valores encontrados pelo IECINE e dos processos de aquisição exigidos pelos mecanismos do Estado, a troca de informações sobre possíveis alternativas foi diminuindo gradativamente. Posteriormente, a direção do IECINE julgou necessária a continuidade do processo por meio da aquisição de equipamentos que não haviam sido sugeridos pela APTC ou pelos GTs formados por seus integrantes.

Contratação de Estágio

Foi contratada para estágio Lauren Mattiazzi Dilli, estudante do curso de Cinema e Audiovisual da UFPEL.

Entre as principais atividades realizadas durante o estágio estiveram o auxílio às demandas da secretaria, incluindo o envio de e-mails e a elaboração das memórias de reuniões; o suporte técnico em transmissões ao vivo; a comunicação nas redes sociais; e a elaboração de posts.

Atualizações do Guia de Orientação COVID-19

Durante 2021, com o avanço da campanha de vacinação, novos protocolos e sistemas de monitoramento foram implementados pelo Governo do Estado. Em 16 de maio de 2021, entrou em vigor o Sistema Três As de acompanhamento da pandemia de Covid-19.

A APTC, juntamente com os parceiros envolvidos na elaboração inicial do Guia, buscou adequar as orientações às novas exigências. A partir de consultas a diversos profissionais da saúde e agentes do Estado, foi elaborada a 4ª versão do Guia de Orientações para o Setor Audiovisual (Covid-19).

Essa versão permaneceu como a última versão oficial até o fim da pandemia, em 2023. As recomendações para que as produções realizassem testes na equipe sempre que houvesse pessoas com sintomas, além da exigência de carteira de vacinação para os profissionais contratados, permaneceram entre as orientações.

Principais ações:

- Atualização do Guia de Orientação para o Setor Audiovisual (Covid-19) para o Sistema 3 As de monitoramento - 4ª versão;
- Conversas com especialistas e pesquisas de outros protocolos para subsidiar as atualizações;
- Atualização do Guia de Orientação para o Setor Audiovisual - 5ª versão, com orientações relacionadas às variantes Ômicron e H3N2;
- Nova atualização do Guia - 6ª versão, com flexibilização das normas.

Discussões sobre a Lei do Audiovisual Gaúcho

A partir de uma proposta inicialmente apresentada pela SEDAC, em conjunto com o então presidente do IECINE, Zeca Brito, foram iniciadas, em 2021, as discussões e o pleito pela criação da Lei do Audiovisual Gaúcho. O projeto de lei prevê a reserva de parte dos recursos destinados ao FAC para o audiovisual. A proposta apresentada prevê 25% dos recursos do FAC.

Ações e articulações gerais

- Busca de espaços físicos para a sede da APTC;
- Nova composição da Secretaria: saída de Takeo Ito e entrada de Leonardo da Rosa;
- Nova composição da Tesouraria: saída de Gabriela Montezi e entrada de Cássio Bulgari;
- Divulgação nas redes sociais e realização de live tira-dúvidas sobre o Auxílio Emergencial Giba Giba (Porto Alegre);
- Realização do 1º Fórum de Governança Local do Audiovisual - Porto Alegre Film Commission;
- Articulação nacional para a Lei Paulo Gustavo.
- Debates e elaboração de propostas locais para a Lei Paulo Gustavo;
- Participação no primeiro FANH - Fórum de Novo Hamburgo;
- Encaminhamentos para discussão dos valores da tesouraria e para a modificação do estatuto.

Prêmio Novas Façanhas

Durante o 49º Festival de Cinema de Gramado, a APTC foi contemplada com o Prêmio Novas Façanhas, concedido pela Secretaria Estadual da Cultura do Rio Grande do Sul (SEDAC), em conjunto com o Instituto Estadual de Cinema (IECINE).

O prêmio, no valor de R\$ 10.000,00, foi concedido à Associação em reconhecimento à sua atuação durante a pandemia de Covid-19, com a realização de eventos virtuais que proporcionaram encontros e discussões sobre o Cinema Gaúcho, além de sua atuação como entidade representativa do setor.

Mostra Gaúcha de Gramado 2021 e 2022

Em 2021, foram realizadas duas sessões presenciais com os curtas-metragens premiados na Mostra Gaúcha de Gramado, na Cinemateca Capitólio, nos dias 4 e 5 de setembro. As sessões tiveram lotação reduzida em razão dos protocolos de segurança. Os filmes também foram disponibilizados online no site da APTC durante o período das exibições, acompanhados de lives de debates com os realizadores no YouTube da Associação.

Em 2022, a APTC organizou novamente a sessão com os curtas-metragens premiados na Mostra Gaúcha de Gramado. A atividade ocorreu presencialmente, retomando o encontro entre realizadores e público na cidade de Porto Alegre.

No contexto do Festival de Cinema de Gramado, a APTC também teve de arcar com uma multa de R\$ 2.000,00 aplicada pela Polícia de Gramado em razão da utilização de um espaço público para uma celebração dos curtas gaúchos. A atividade buscava manter um espaço de encontro e celebração entre os realizadores do cinema gaúcho, especialmente diante da ausência, já há alguns anos, de apoio do Festival para a realização de festas voltadas aos curtas-metragistas e realizadores locais.

Ainda nesse período, após diversas tentativas anteriores de diálogo da entidade com a organização do Festival, que se estendiam para além da gestão em questão, foi elaborada uma carta conjunta, escrita por diversos realizadores audiovisuais, manifestando insatisfação com a forma como o cinema gaúcho vinha sendo tratado pelo Festival. Entre as questões apontadas estavam o progressivo escanteamento e descaso com a produção local e a falta de reconhecimento do cinema gaúcho dentro da própria concepção de “cinema nacional” apresentada pelo Festival.

A manifestação foi levada ao palco do 50º Festival de Cinema de Gramado, de maneira formal e respeitosa, como uma tentativa de explicitar publicamente questões que já vinham sendo discutidas e encaminhadas pela entidade em diferentes momentos. A iniciativa tinha como objetivo reivindicar maior reconhecimento e valorização do cinema produzido no Rio Grande do Sul e abrir espaço para a continuidade do diálogo com a organização do Festival.

Na mesma noite da premiação do 50º Festival, ocorreu ainda uma manifestação de uma pessoa que relatou ter enfrentado dificuldades financeiras em razão de um suposto descaso da APTC. É importante registrar, contudo, que a atuação da Associação em relação ao Auxílio Emergencial Giba Giba limitou-se à divulgação do fundo e à realização de lives informativas para orientar os profissionais sobre seu funcionamento e sobre as formas de acesso ao benefício. A APTC não era responsável pelo pagamento, pela administração dos recursos ou pelo custeio dos auxílios.

A situação foi posteriormente verificada junto à Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre, por meio da trabalhadora Daniela Mazzili, que informou que, à época, havia sido enviado retorno à pessoa sobre a situação relatada, com as devidas orientações. A informação apresentada pela Secretaria, portanto, divergia do relato de que não teria havido retorno.

O episódio também evidenciou uma dificuldade de compreensão, por parte de trabalhadores do próprio setor audiovisual, sobre as atribuições e os limites de atuação da APTC enquanto entidade representativa da categoria, especialmente no que se refere à distinção entre a divulgação e orientação sobre políticas públicas e a responsabilidade pela execução ou concessão dos benefícios.

Mobilização em torno do SOS Cinemateca Brasileira

A APTC participou da mobilização nacional SOS Cinemateca Brasileira, realizada após o incêndio que atingiu a Cinemateca Brasileira, em São Paulo. A iniciativa mobilizou trabalhadores, entidades e organizações do audiovisual em diferentes cidades do país, reivindicando a preservação e a proteção do patrimônio audiovisual brasileiro e chamando atenção para a situação das cinematecas e dos acervos públicos.

Em Porto Alegre, a mobilização aconteceu em frente à Cinemateca Capitólio, reunindo trabalhadores e trabalhadoras do audiovisual e apoiadores em uma manifestação pública em defesa das cinematecas e da preservação da memória audiovisual. A ação contou com o apoio da AAMICA, que colaborou com microfones, adesivos e outros materiais e instrumentos para a manifestação. Mesmo diante das restrições impostas pela pandemia e com a necessidade do uso de máscaras, houve uma participação significativa de pessoas do setor, demonstrando a importância da mobilização naquele momento.

A manifestação também reforçou a compreensão de que a defesa da Cinemateca Brasileira e dos acervos audiovisuais é uma pauta diretamente relacionada à preservação da memória, da história e do próprio patrimônio cultural do cinema brasileiro, incluindo a necessidade de valorização e manutenção das cinematecas e espaços de preservação existentes em todo o país.

Grupo de Trabalho Arco-Íris

- Em junho de 2021, a APTC criou o GT Arco-Íris, reunindo realizadores LGBTQIA+ do Estado. A proposta do grupo partia da ideia de ampliar os espaços de difusão e de pensamento sobre o cinema, tanto a partir do acesso e da fruição de filmes quanto da valorização da diversidade de pessoas LGBTQIA+ que fazem parte do setor audiovisual.
- A primeira ação do GT foi a indicação de filmes realizada pelos próprios participantes do grupo de trabalho, contemplando produções regionais, nacionais e internacionais realizadas por pessoas LGBTQIA+. A iniciativa, no entanto, tinha como perspectiva a construção de um espaço permanente de difusão e reflexão sobre o cinema, dando prosseguimento aos debates e às discussões sobre o pensamento do cinema local iniciados pela diretoria anterior.

Participação na #JornadaJusta Brasil

A APTC participou da mobilização nacional pela redução da duração das jornadas de trabalho nos sets de filmagem no Brasil. A iniciativa envolveu articulação com entidades de diferentes estados, entre elas o Sindcine, além de conversas e reuniões com profissionais e representantes de diversos setores do audiovisual, buscando construir um debate coletivo sobre as condições de trabalho, os limites das jornadas e a necessidade de estabelecer práticas mais sustentáveis e adequadas à realidade dos trabalhadores do setor.

Objetivos: Núcleo de Combate ao Assédio no Audiovisual

A APTC deu continuidade às discussões iniciadas na gestão anterior em torno da criação de um núcleo voltado ao combate ao assédio no setor audiovisual, espaço considerado fundamental diante das situações de violência e assédio vivenciadas nos ambientes de trabalho. Durante a gestão, foram realizadas conversas e construídos encaminhamentos iniciais sobre a estruturação do núcleo, sua forma de funcionamento, possíveis integrantes, critérios de participação, programação e ações que poderiam ser desenvolvidas. O objetivo era estabelecer uma estrutura permanente de acolhimento, debate e enfrentamento dessas questões no audiovisual gaúcho. Esses primeiros passos foram deixados encaminhados para que o lançamento e a implementação do Núcleo pudessem ser realizados pela gestão seguinte.

Elaboração de propostas para o FAC Filma RS e Publicação da Carta Aberta das Entidades

Participação na construção de propostas para o Fundo de Apoio à Cultura (FAC) e para o programa Filma RS, em diálogo com entidades e representantes do setor audiovisual gaúcho.

Elaboração e publicação, em conjunto com o SIAV (Sindicato da Indústria Audiovisual do Rio Grande do Sul) e o Colegiado Setorial do Audiovisual do Rio Grande do Sul, de uma Carta Aberta dirigida à Secretaria da Cultura do RS e aos profissionais do setor, reunindo propostas e posicionamentos relacionados às políticas públicas e às condições de desenvolvimento do audiovisual no Estado.

Articulação em Grupos de Trabalho para a parametrização salarial dos profissionais do audiovisual do RS

Foram organizados grupos de autogestão por área de atuação, reunindo profissionais de um mesmo setor para discutir suas próprias condições de trabalho, referências de remuneração e especificidades da atividade. Cada grupo contava com a participação de, pelo menos, uma pessoa da diretoria da APTC, responsável por mediar as conversas e auxiliar na organização dos encaminhamentos.

A proposta era construir coletivamente uma tabela de valores de referência para os profissionais do audiovisual do Rio Grande do Sul, tomando como inspiração experiências já existentes em organizações e núcleos específicos do setor, como a ADA (Associação de Assistentes de Direção) e os núcleos de transporte, que elaboram e atualizam tabelas anuais de valores. A iniciativa também partia da percepção de que a tabela do Sindcine não contemplava adequadamente a realidade dos profissionais do Rio Grande do Sul e que, mesmo em São Paulo, sua aplicação não se dava de forma integral para pensar um piso.

Embora o processo não tenha chegado à consolidação de uma tabela definitiva durante a gestão, os grupos produziram debates importantes sobre remuneração, condições de trabalho e reconhecimento profissional. Mais do que um levantamento de valores, os encontros possibilitaram a aproximação entre técnicos e técnicas de diferentes áreas, criando conexões que resultaram não apenas em novas parcerias de trabalho e amizades, mas também na formação e fortalecimento de outros espaços específicos de organização e luta pelos direitos de cada setor. Nesse sentido, interpreta-se que a articulação dos GTs contribuiu para ampliar a capacidade de mobilização coletiva dos profissionais do audiovisual gaúcho.